

BOLETIM 764

Brasília, 4 de Abril de 2019



Assembléia Legislativa de SC aprova novo reajuste do piso regional. FETICOM e CONTRICOM presentes!

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) aprovou nesta quarta-feira (3), em primeira discussão, o projeto de lei que institui os novos valores do salário mínimo regional no Estado. De acordo com a proposta, o menor valor que poderá ser pago por empresas privadas no Estado será de R\$ 1.158. O presidente da FETICOM-SC e da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, acompanhou pessoalmente em Florianópolis todas as articulações e mobilizações que resultaram no reajuste do piso regional.

O texto, agora, será novamente analisado pelos deputados, em votação marcada para esta quinta-feira (4). Se for aprovado de novo, o

projeto seguirá para a sanção do governador Carlos Moisés da Silva (PSL).

O salário mínimo regional foi definido em reuniões realizadas pelo governo do estado com empresários e líderes sindicais de várias áreas. De acordo com a proposta, feita pelo Executivo, os trabalhadores abrangidos pelo acordo deverão receber o novo salário a partir do próximo pagamento, depois que o texto for sancionado. Além disso, eles terão direito a receber os valores retroativos ao dia 1º de janeiro deste ano.

Em Santa Catarina, o salário mínimo é dividido em quatro faixas, de acordo com as funções desempenhadas pelos trabalhadores. Antes da mudança, o valor mínimo definido no Estado era de R\$ 1.110. Considerando todas as faixas salariais, o reajuste médio deve ficar em 4,8%.

Pisos dos trabalhadores de acordo com cada faixa salarial:

O piso da primeira categoria passa de R\$ 1.110 para R\$ 1.158, beneficiando trabalhadores da agricultura, pesca e **construção civil** (veja a lista dos trabalhadores na sequência). Já a segunda faixa terá mínimo de R\$ 1.201, enquanto para a terceira será de R\$ 1.267. Por fim, os trabalhadores da quarta faixa, que engloba o maior número de setores, terá o salário mínimo reajustado para R\$ 1.325.

Faixa 1: considera funcionários dos setores de agricultura e pecuária; indústrias extrativas e beneficiamento; pesca e aquicultura; empregados domésticos; turismo e hospitalidade; indústrias da construção civil; indústrias de instrumentos musicais e brinquedos; estabelecimentos hípicas; empregados motociclistas, motoboys, e do transporte em geral, excetuando-se os motoristas.

Faixa 2: considera funcionários das indústrias do vestuário e calçado; indústrias de fiação e tecelagem; indústrias de artefatos de couro; indústrias do papel, papelão e cortiça; distribuidores e vendedores de jornais, empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas; empregados da administração das empresas proprietárias de jornais e revistas; empregados em empresas de comunicações e telemarketing; indústrias do mobiliário.

Faixa 3: considera funcionários das indústrias químicas e farmacêuticas; indústrias cinematográficas; indústrias da alimentação; empregados no comércio em geral; empregados de agentes autônomos do comércio.

Faixa 4: considera funcionários das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico; indústrias gráficas; indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana; indústrias de artefatos de borracha; empresas de seguros de capitalização e agentes autônomos de seguros de crédito; edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares, em turismo e hospitalidade; indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas; auxiliares em administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino); empregados em estabelecimento de cultura; empregados em processamento de dados; empregados motoristas do transporte em geral; empregados em estabelecimentos de serviços de saúde.

Altamiro Perdoná avaliou como “muito positivo o resultado das negociações em torno do piso regional catarinense, principalmente se levarmos em conta as resistências que vem sendo apresentadas pelo setor patronal nos últimos anos, mas, graças, mais uma vez, à nossa luta e



Representantes das Centrais Sindicais compareceram à Assembleia Legislativa para acompanhar a votação do novo piso

união logramos mais uma importante vitória para os trabalhadores”.

Presidente da FIESC, Mario Cezar de Aguiar afirmou que o acordo atende tanto os trabalhadores quanto os empregadores. O dirigente ressaltou que a negociação representa uma aproximação saudável entre as categorias e que "o diálogo equilibrado leva à construção de um estado melhor e mais justo".

Também participaram da reunião do lado dos trabalhadores, além da FETICOM-SC e CONTRICOM, FETIESC, FETIAESC, FORÇA SINDICAL, NOVA CENTRAL DOS TRABALHADORES, UGT, CUT, FETAESC, DIEESE e, representando os empregadores, a Federação da Agricultura (FAESC), Federação do Comércio (FECOMÉRCIO), Federação das Empresas de Transportes de Cargas (FETRANCESC) e Federação dos Hospitais (FEHOESC).

Fonte: Diário Catarinense/FETICOM-SC



Pesquisa aponta que 77,5% dos deputados são contrários à reforma da Previdência

Levantamento feito pelo site JOTA com cerca de 200 dos 513 deputados federais, aponta que 77,5% são contrários à reforma da Previdência proposta pelo governo Jair Bolsonaro. Apenas 15,5% são favoráveis e 7% estão indecisos.

Além disso, 53% dos deputados federais, mais da metade, acreditam que a reforma da Previdência em tramitação no Congresso não gerará, ao longo de dez anos, R\$ 1 trilhão de economia aos cofres públicos, como promete o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Apesar disso, 57,7% dos parlamentares acreditam que a reforma será aprovada pelo Congresso Nacional, contra 42,3%, que não acreditam. A pesquisa foi feita entre os dias 18 e 29 de março.

Fonte: Brasil247

Centrais Sindicais lançam abaixo-assinado em defesa da aposentadoria

As centrais sindicais brasileiras, bem como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, lançarão, nesta quinta-feira (4), às 10h, em São Paulo, o abaixo-assinado em defesa da Previdência e das aposentadorias, ameaçadas pela PEC 06/2019 da chamada reforma da Previdência.

Na atividade, os representantes dos trabalhadores levarão para a praça a calculadora elaborada pelo Dieese, o chamado “Aposentômetro”, para que o trabalhador possa fazer na hora o cálculo e comparar como ficaria sua aposentadoria com as regras atuais e como será se as alterações propostas por Bolsonaro forem aprovadas por deputados e senadores.

O texto do abaixo-assinado enumera as principais críticas dos trabalhadores à reforma. “Esta Proposta de Emenda à Constituição dificulta o acesso à aposentadoria, aumenta o tempo de contribuição e de trabalho, diminui o valor dos benefícios e ameaça a existência da seguridade social (aposentadoria, benefícios da assistência social como o BPC e as políticas de saúde). Mas não combate a sonegação das empresas devedoras da previdência, mantém privilégios e incentiva a previdência privada (os planos de capitalização), que só beneficia os banqueiros. Por isso pedimos: Vote NÃO À PEC 06/2019! Defenda a aposentadoria e a seguridade social do povo brasileiro”.

Fonte: Portal Vermelho



Reforma acaba com FGTS de aposentado que continua a trabalhar

A reforma da Previdência (PEC 6/19) enviada pelo governo, no dia 20 de fevereiro, ao Congresso Nacional prevê o fim da multa patronal de 40% em caso de demissão do trabalhador que já está aposentado. A proposta também retira a obrigatoriedade de recolhimento de FGTS de empregados já aposentados que vierem a fechar novo contrato de trabalho.

É o que determina o parágrafo 4º, do artigo 10 da proposta: “O vínculo empregatício mantido no momento da concessão de aposentadoria voluntária não ensejará o pagamento da indenização compensatória prevista no inciso I do caput do art. 7º da Constituição, nem o depósito do fundo de garantia do tempo de serviço devido a partir da concessão da aposentadoria. (NR)”

Este é mais um dos pontos polêmicos da proposta e deve ser questionado por parlamentares durante a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A reforma precisa ser aprovada nas 2 casas legislativas em 2 turnos. Na Câmara são necessários no mínimo 308 votos; e no Senado, 49.

Regras atuais - Pelas regras atuais, ao ser demitido sem justa causa, o trabalhador tem direito a sacar o saldo do FGTS, que é recolhido mensalmente pelo empregador, e receber mais 40% de multa sobre o valor do saldo. Essa multa é paga pelo empregador. Hoje, isso vale para todos:

quem está na ativa e aposentados que continuam trabalhando.

Como fica

O que a PEC altera é a regra para o aposentado. Se continuar trabalhando mesmo após a aposentadoria, o trabalhador não terá mais direito à multa de 40% do FGTS se vier a ser demitido. Ele só vai poder sacar o saldo do FGTS que vier a ser recolhido.

O saldo do FGTS recolhido antes de se aposentar também será sacado normalmente quando o pedido de aposentadoria for aceito.

Já o recolhimento do FGTS deixa de ser obrigatório para aposentados que voltarem ao mercado do trabalho ou que mudarem de emprego.

Por exemplo: os contratos de trabalho de aposentados fechados antes da promulgação da reforma continuarão recolhendo o FGTS. Já os novos contratos de aposentados não vão prever esse recolhimento.

Para trabalhador não aposentado, tudo igual

Já para quem ainda não se aposentou, as regras continuam as mesmas: tem direito a receber o saldo do FGTS mais multa de 40%, se demitido sem justa causa. A obrigatoriedade de recolhimento do FGTS para trabalhador não aposentado também continua válida.

Fonte: Diap



Paim nega deficit e aponta viabilidade do sistema

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou nesta quarta-feira (3), em Plenário, que o sistema previdenciário do Brasil é viável e que o deficit apontado pelo governo é, na verdade, resultado da má gestão dos recursos arrecadados e de sonegação.

Ele criticou a proposta de reforma da Previdência enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso. O senador afirmou que a PEC 06/2019, que tramita na Câmara dos Deputados, representa uma mudança do sistema de solidariedade, o de repartição, para o de capitalização, que se baseia na poupança individual de cada cidadão. Paim, que presidiu no ano passado a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, destacou os dados ali levantados, segundo os quais o sistema previdenciário do Brasil não é deficitário.

De acordo com o senador, o suposto deficit é resultado direto da Desvinculação de

Receitas da União (DRU) — que permite ao governo usar o dinheiro arrecadado para a Previdência em outras áreas — somado a uma enorme sonegação. Desde a criação da DRU, disse Paim, a Previdência perdeu R\$ 1,5 trilhão. Já a sonegação — na maior parte, de grandes empresas — soma R\$ 450 bilhões, continuou o senador. Com esses valores, disse Paim, a Previdência não seria deficitária, mesmo com o pagamento dos benefícios assegurados pela Seguridade Social, que independem de contribuição.

— É possível, sim, nós usarmos o trabalho da CPI para mostrar que a Previdência no Brasil é viável. Não precisa copiar o sistema do Chile. Eu apresentarei requerimento que seis senadores vão ao Chile e verifiquem lá. Verifiquem a verdade dos fatos. O sistema quebrou ou não quebrou? Faliu ou não faliu?” — afirmou o senador, lembrando que o sistema de capitalização foi adotado no Chile, onde os aposentados sofrem com o empobrecimento.

Contrário à sugestão do regime de capitalização, uma dos principais pontos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019 que define novas regras para aposentadoria, Paim tem citado como exemplo os efeitos da adoção dessa poupança individual no Chile.

Fonte: Agência Senado



Protagonismo em um sindicato em mudança

Clemente Ganz Lúcio*

Os sindicatos mudarão e o sindicalismo será diferente porque o sistema produtivo se transforma drasticamente: a tecnologia avança para todos os setores da economia e altera o mundo do trabalho; há inúmeras iniciativas de governos para modificar as normas que regem o sistema de relações de trabalho e o direito laboral; alguns empregadores querem tirar os Sindicatos do jogo social de disputa pela repartição da produção econômica resultante do trabalho social.

Tudo isso ocorre rapidamente, no Brasil e no mundo. Há articulações “de quem manda no mundo” para mobilizar recursos financeiros e decisões, para globalizar as mudanças. A ideia é flexibilizar o trabalho, com uma grande variedade de formas de contratação, a jornada de trabalho, os salários, restringir direitos trabalhistas e, ao mesmo tempo, ampliar a proteção às empresas contra passivos trabalhistas, garantindo que a iniciativa de mudança por parte do empregador ocorra sem resistência sindical e dos trabalhadores.

Os trabalhadores querem participar desse jogo social? Os dirigentes compreendem seu papel histórico? Os sindicatos querem ser protagonistas para mudar o rumo da história?

Respostas afirmativas exigirão que se atue para assumir o comando na condução dessas mudanças. Então, o que fazer?

Primeiramente, compreender quais são as transformações em curso no sistema produtivo, na inovação tecnológica, nas regras do jogo, na propriedade do capital, na cabeça dos novos

trabalhadores. É fundamental para as entidades a ampliação dos estudos, com sério investimento em formação de dirigentes e ativistas sindicais. Sem isso, não será possível entender a situação, prospectar possibilidades de futuro e, principalmente, ter potencial para criar propostas, estratégias e iniciativas.

Em segundo lugar, é preciso colocar os trabalhadores em movimento, para que eles possam atuar nas frentes de transformação. É em movimento, em múltiplas ações e lutas, que poderão compreender o que está acontecendo, quais são os interesses envolvidos. É em movimento que ganharão interesse em aumentar o conhecimento, estudar, para dar respostas criativas e possíveis e se tornarem protagonistas capazes de dar novos sentidos para as mudanças que impactarão a vida de todos.

Terceiro, para que o movimento consiga estimular os trabalhadores, será preciso inovar nas formas de organização, que precisarão ser pensadas e coordenadas desde o local de trabalho, mas estruturadas também nos locais de moradia. Criar uma organização flexível e com alta capacidade de conectividade.

Quarto, um movimento organizado, com novas conectividades, exigirá uma abordagem renovada em termos de comunicação, que incentive os trabalhadores a se reunirem e a se unirem em lutas e propósitos, que os anime para ação conjunta. A comunicação precisará ser orientada pela solidariedade, como a organização e a luta.

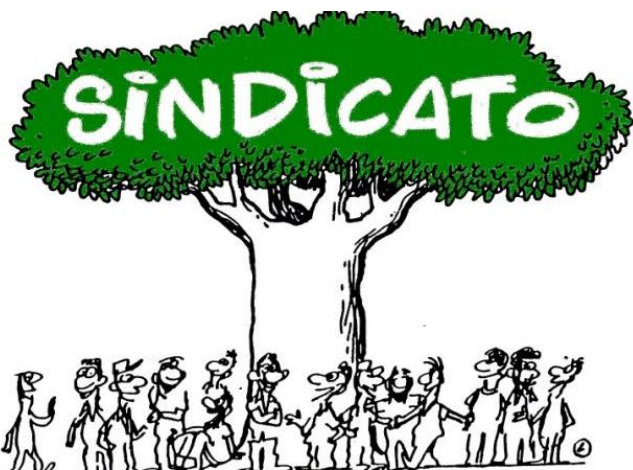
Quinto, a capacidade material dos Sindicatos deverá ser reorganizada, para dar sustentação às transformações. Os recursos patrimoniais e financeiros deverão ser repensados no contexto dos ataques ao financiamento



BOLETIM CONTRICOM



Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário



sindical, visando ao melhor uso possível. Patrimônio e finanças bem organizados, sustentáveis e eficientes para ser a base material de investimento na mobilização, na organização, na formação, na comunicação – tudo voltado para lutas cujo sentido é anunciado e disputado pelos trabalhadores.

Sexto, o protagonismo será dos dirigentes que forem capazes de olhar as florestas e não apenas as árvores que estão no próprio quintal. Serão protagonistas dirigentes e militantes despojados em relação ao poder que reúnem, capazes de colocar competências e poder em favor de todos os trabalhadores, e que estejam imbuídos de um profundo compromisso com as novas gerações que chegam ao mundo do trabalho.

Assumir uma postura protagonista é se reconectar com o sentido da história de milhões de trabalhadores que procuraram caminhos para uma sociedade justa e fraterna. Serão protagonistas aqueles que souberem mobilizar e organizar a luta e, ao mesmo tempo, tiverem capacidade de promover e ampliar o diálogo social qualificado, no espaço da democracia, impulsionando mudanças que atendam ao interesse coletivo.

() Sociólogo, é diretor técnico do DIEESE*

TCU investiga suspeita de 'gestão fraudulenta' de Guedes em fundos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, poderá responder por "gestão fraudulenta ou temerária" em processo aberto pelo Tribunal de Contas da União. O TCU investiga suspeitas de fraudes em negócios feitos por uma empresa de Guedes com fundos de pensão de companhias estatais. As informações são da Folha de S. Paulo.

O tribunal apura irregularidades apontadas pela Superintendência Nacional da Previdência Complementar (Previc), na Funcef, responsável pela previdência dos funcionários da Caixa, Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Postalís (Correios). De acordo com as suspeitas, a atuação da gestora de ativos que pertencia a Guedes até o ano passado teria causado prejuízos milionários aos fundos de pensão dessas entidades responsáveis pela aposentadoria complementar de funcionários das estatais, a partir da captação e aplicação de R\$ 1 bilhão, desde 2009. Em contrapartida, as transações teriam proporcionado ganhos excessivos.

O processo do TCU, ainda em fase inicial, contra a empresa de Guedes tem por base as investigações que vêm se desenrolando, desde outubro do ano passado, por parte do Ministério Público Federal (MPF), que também aponta "vantagens econômicas" indevidas.

Conforme a denúncia do MPF, a empresa de gestão de investimento de Guedes, a partir de cobranças de comissões "abusivas", teriam rendido um total de R\$ 152,9 milhões, entre 2009 e 2014, enquanto os rendimentos devidos aos fundos de pensão das estatais foram menores em decorrência das fraudes.

Fonte: Rede Brasil Atual

Microempreendedores individuais ultrapassam 8 milhões no país

O número de profissionais autônomos, cadastrados como microempreendedores individuais (MEI), ultrapassa 8 milhões. De acordo com dados do Portal do Empreendedor, no final de março, número de profissionais chegou a 8.154.678.

Para se cadastrar como MEI, é preciso ter faturamento de até R\$ 81 mil por ano, não ser sócio, administrador ou titular de outra empresa e ter no máximo um empregado. Como MEI, o microempreendedor tem um CNPJ e pode abrir conta bancária, fazer empréstimos e emitir notas fiscais.

Em julho, a Lei Complementar nº 128/2008, que criou o MEI, completa 10 anos de entrada em vigor.

De acordo com o Portal do Empreendedor, em março, a maioria dos microempreendedores eram cabeleireiros, manicures e pedicures (66.937), profissionais da área de vestuário (641.346), de obras de alvenaria (358.053), de promoção de vendas (210.669) e de alimentação (218.946).

A maioria dos empreendedores tem entre 31 e 40 anos (mais de 2,5 milhões), seguidos por aqueles com idade entre 41 e 50 anos (1,9 milhão), entre 21 e 30 anos (1,7 milhão). Entre 51 e 60 anos, são 1,3 milhão. Os mais velhos (61 a 70 anos) são 446,1 mil. Entre 16 e 17 anos, há 575 jovens microempreendedores. E entre, 18 e 20 anos, 69,9 mil.

Fonte: Agência Brasil

Isenção de IR para maiores de 75 anos aprovada na CAS

O Imposto de Renda não deverá ser descontado de pessoas com mais de 75 anos, desde que seu faturamento mensal não ultrapasse quatro vezes o limite máximo do Regime Geral de Previdência Social, hoje de R\$ 5,8 mil. É o que determina um projeto de lei (PL 582/2019) aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). Segundo o autor da proposta, senador Alvaro Dias (Pode/PR), o objetivo é estimular a formação de poupança e investimento, para a garantia de melhores condições de vida na terceira idade.

O relator da matéria, senador Romário (Pode-RJ), considerou excessiva a isenção total dos rendimentos integrais dos maiores de 75 anos pretendida no texto original, afirmando que isso poderia provocar “efeitos concentradores de renda”. Por considerar a questão complexa, Romário apresentou emenda que limita a isenção do Imposto de Renda aos idosos cujos rendimentos, de qualquer natureza, atinjam o equivalente a quatro vezes o valor máximo dos benefícios do RGPS.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS